

**Presidente do Fonacate,
Rudinei Marques, fala sobre o
Projeto da Lei Geral de Concursos**



**Vice-presidente de Comunicação do Fonacate,
Fábio Faiad, fala da nova etapa da Mesa Nacional
de Negociação Permanente (MNNP)**



**Entidades do
Executivo federal lançam
Campanha Salarial 2024**

Carta ao leitor

Chegou o jornal Diálogos Multissindicais. Mensalmente, a publicação, em formato exclusivamente digital, trará um resumo da atuação do Fonacate nos diferentes âmbitos em relação aos temas de interesse das carreiras de Estado.

Nesta primeira edição, destaque para a Campanha Salarial 2024. O pleito foi lançado oficialmente no último dia 20 de junho, com transmissão ao vivo por meio de nossa página no YouTube (**assista [aqui](#) à íntegra do evento**). Na oportunidade, as lideranças das afiliadas destacaram a importância do avanço na busca pela recomposição das perdas remuneratórias, uma vez que, apesar de importante, o reajuste recém-efetivado não supre, nem de longe, a defasagem inflacionária acumulada sobre os salários.

Também estarão à mesa com o governo demandas não pecuniárias, como a regulamentação dos direitos à greve e à negociação coletiva no setor público. Sobre a retomada dos diálogos com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na nova etapa da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), trazemos entrevista do vice-presidente de Comunicação do Fonacate, Fábio Faiad.

Outro tema que tem concentrado as ações do Fonacate é o projeto de lei que trata das diretrizes para a realização de concursos públicos. Rudinei Marques, presidente do Fórum, fala da mobilização já desenvolvida pelas afiliadas no âmbito do Congresso Nacional e dos próximos passos, de modo a impedir que a matéria seja aprovada da forma como se encontra. Confira nas próximas páginas.

Boa leitura!

Presidente do Fonacate, Rudinei Marques, fala sobre o Projeto da Lei Geral de Concursos

Aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 4 de agosto, na forma de um Substitutivo ao PLS 92/2000, o Projeto de Lei 2.258/2022 (PL 252/2003), que trata de regras para a realização de concursos públicos em todas as etapas da seleção, chegou ao Senado para análise.

Este tema é abordado em entrevista concedida pelo dirigente do Fonacate, organização que vem ao longo dos últimos anos ganhando protagonismo na agenda política do país, em grande parte pelas relevantes contribuições para o debate público. Confira:

1) Como você avalia o Projeto da Lei Geral de Concursos?

O Projeto de Lei nº 252/2003, que se propõe a ser uma Lei Geral de Concursos, teve início no Senado

Federal. Vinte anos depois, após passar muito tempo na Câmara Federal, voltou para a Casa de origem completamente desconfigurado. Tanto que sequer é possível uma melhora: propomos seu arquivamento ou rejeição total.

2) Por que o Projeto voltou ao Senado tão ruim?

Estudos feitos pelo nosso Departamento Jurídico apontaram diversos problemas no citado Projeto. Exemplifico com dois dos principais equívocos:

A. O PL permite a realização de Concursos Virtuais - Além de excluir dos certames quem não possuir computadores e redes de alto padrão (contrariando a universalidade desejada para os Concursos Públicos), tal medida pode facilitar demais a ocorrência de fraudes na aplicação das provas; e

B. O PL não consolida a jurisprudência pacífica dos Tribunais acerca de Concursos Públicos - Para uma Lei Geral, isso seria imprescindível, pois evitaria grande parte da judicialização excessiva dos certames em todo o país.

3) Como o Fonacate está trabalhando para evitar que o referido Projeto siga adiante?

Nós, representantes do Fonacate, já estivemos reunidos diretamente com Senadores do Governo (como o Paulo Paim, do PT) e da oposição (Izalci Lucas, por exemplo, do PSDB), e estivemos em pelo menos vinte Gabinetes do Senado conversando e levando nossos estudos jurídicos para as assessorias dos respectivos Senadores.

Em todos os casos, obtivemos boa acolhida. Tanto os Senadores quanto seus assessores entenderam os graves riscos contidos no

Projeto de Lei nº252/2003, haja vista a péssima qualidade do texto que voltou da Câmara dos Deputados.

4) E quais os próximos passos?

Entendemos que, já no segundo semestre de 2023, conseguiremos percorrer todos os Gabinetes do Senado para levarmos nosso posicionamento jurídico acerca do Projeto de Lei nº 252/2003. Acreditamos que, após tal périplo, o Senado como um todo terá uma boa noção dos malefícios que podem advir da aprovação do referido documento.

Por fim, deixaremos claro aos Senadores que o Fonacate está e continuará à disposição para discutir um novo Projeto de Lei que traga realmente um bom regimento para algo tão importante quanto o instituto do Concurso Público no Brasil.

Vice-presidente de Comunicação do Fonacate, Fábio Faiad, fala da nova etapa da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)

Uma nova etapa da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) terá início. Após a efetivação da recomposição salarial de 9%, para ativos, aposentados e pensionistas, e do reajuste de 43,6% do auxílio-alimentação, é hora de discutir a continuidade das tratativas. As diretrizes para o segundo semestre foram pauta de reunião entre entidades representativas e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) no último dia 21 de junho.

Na oportunidade, José Lopes Feijóo, o novo secretário de Relações de Trabalho, negociou os detalhes de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) com representantes do Fonacate e outras entidades do serviço público federal.

Sobre o panorama e perspectivas do trabalho, foi entrevistado o vice-presidente de Comunicação

do Fonacate, Fábio Faiad. Confira a seguir:

Como você avalia a indicação do novo secretário, José Lopes Feijóo, para a condução da mesa negocial nesta próxima etapa?

A indicação de José Lopes Feijóo é positiva. Também foi positiva a divisão da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (SGPRT) em duas: Feijóo será o novo secretário de Relações de Trabalho e a pasta de Gestão de Pessoas ficará a cargo de José Celso Cardoso Jr., que foi presidente da Afipea e coordenador de Estudos do Fonacate. Isso traz mais pessoas qualificadas e reforça as equipes do governo para a discussão dos temas relacionados ao setor público. É importante que isto aconteça, tendo em vista a quantidade e a grande abrangência das pautas apresentadas pelas carreiras do Executivo.

Qual o saldo da reunião para negociar os detalhes da MNNP?

Em geral, a negociação, apesar de dura, foi satisfatória. Assinaremos o termo de acordo no dia 11 de julho de 2023 com o Governo acerca das novas características da MNNP. Obtivemos o crescimento do número de participantes representando os servidores públicos, conseguimos critérios mais detalhados para as futuras reuniões, entre outros pontos. Acreditamos que a Portaria com a regulamentação seja publicada poucos dias depois, indicando que as negociações gerais se iniciarão ainda na primeira quinzena de julho de 2023.

Houve alguma sinalização sobre as mesas setoriais para tratar das demandas específicas de cada carreira?

Além da mesa geral, para discutir pautas genéricas para o funcionalismo federal, haverá tam-

bém dois outros tipos de Mesas negociais. A primeira é a Mesa Setorial, onde serão negociados questões relativas a cumprimento de acordos, relações internas de trabalho e outras similares. Ou seja: o equivalente às “comissões de fábrica” no setor privado.

Haverá também a Mesa Específica Temporária, para discutir reestruturações de carreira. Nesse caso, estruturas de cargos, padrões, classes, nomenclaturas, valores e outras características serão negociadas entre Governo e representantes dos servidores de cada Órgão.

Importante ressaltar que, enquanto a MNNP e as Mesas Setoriais serão políticas permanentes, a serem mantidas nos próximos anos, as Mesas Específicas Temporárias só existirão em 2023. Acreditamos que as Mesas Setoriais e Específicas só se iniciem na segunda quinzena de julho.

Não parece contraditório que, ao mesmo tempo em que se fala de mesa negocial, sejam colocadas travas a reajustes e a novos concursos públicos no projeto conhecido como “novo arcabouço fiscal” e na Lei de Diretrizes Orçamentárias?

Sim, é contraditório. Nessa última reunião, alertamos o governo sobre isso, inclusive por meio de Ofício. No Congresso Nacional, seguimos em contato com os parlamentares para garantir que a negociação entre o Executivo e os servidores no segundo semestre se dê sem estas “amarras” como pano de fundo.

Quais as perspectivas para os resultados desta nova etapa da negociação?

O Fonacate entregará uma Pauta Salarial 2023 completa, prevendo, além da reposição inflacionária dos salários, itens como o fim da cobrança previdenciária de aposentados e pensionistas e a eleva-

ção da indenização de transporte e de todos os benefícios dos servidores (auxílio-alimentação, auxílio-creche, etc.).

Outros pontos constantes da Pauta serão a adoção plena da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva, do direito de greve e da organização sindical do serviço público, a liberação de dirigentes classistas sem ônus para as respectivas entidades e a revogação de normas nocivas aos servidores públicos, entre outras reivindicações.

Embora o cenário não seja dos mais favoráveis, acreditamos no poder de negociação do Fonacate e na parceria com as demais entidades. Buscaremos atuar de maneira coordenada e, se necessário, convocaremos mobilizações conjuntas. Cremos que há espaço para avançarmos, e contamos com o apoio de todo o funcionalismo federal nessa luta!

Entidades do Executivo federal lançam Campanha Salarial 2024

Foi dado o pontapé inicial à Campanha Salarial 2024. No dia 20 de junho, em evento com transmissão ao vivo pelo YouTube, lideranças de entidades representativas de carreiras do Executivo federal afiliadas ao Fonacate se reuniram para o lançamento oficial do pleito.

“O reajuste de 9% corrigiu parcialmente os salários e foi uma sinalização positiva do atual governo, mas, repito, foi uma correção parcial da perda acumulada pelo funcionalismo. A grande parcela de servidores públicos recebeu a última recomposição salarial em janeiro de 2017 e a inflação acumulada do IPCA, desde então, já ultrapassa os 35%. Se descontados os 9% concedidos em maio, ficamos ainda com uma perda que representa $\frac{1}{4}$ do nosso salário”,

contextualizou o presidente do Fonacate e da Fenaud, Rudinei Marques.

A assessora jurídica Larissa Benevides, do escritório Fischgold Benevides, falou sobre a expectativa para a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). “A negociação é um passo essencial. Também é fundamental fortalecermos o direito de greve no serviço público, que, apesar de ser constitucional, foi mitigado pelo Supremo Tribunal Federal, que trouxe inúmeras limitações. Mas ele existe e poderá ser utilizado, caso necessário. Não é o que queremos. O que queremos é chegar ao consenso e resolver esse pleito na Mesa de Negociação”, ponderou a especialista, que reforçou o papel de todos os servidores na mobilização.

O chamado à mobilização foi o recado do presidente do SindCVM, Oswaldo Malarino Filho. “É fundamental ressaltar que a qualidade do serviço público passa pelas condições que os servidores possuem para desempenhar suas atividades. Quando nós falamos em perdas salariais, em defasagem de benefícios e da necessidade de corrigir distorções, nós também estamos falando da qualidade do serviço público que queremos oferecer à sociedade. Essa luta não é dos sindicatos, é de todos os servidores e servidoras”, afirmou.

Antes de encerrar, Rudinei Marques destacou o desafio que os servidores do Executivo têm pela frente. “Demos o pontapé inicial da Campanha Salarial para 2024. Iniciamos hoje a mobilização dos 1,2 milhão de servidores. Os servidores do Judiciário, Legislativo, MPU e DPU já têm reajustes garantidos em lei de 6%, em 2024, e mais 6%, em 2025. Para o Executivo federal, por ora, nada, nem sequer uma sinalização do governo federal. Então, nós próximos meses, temos que intensificar a pressão”, concluiu.

A reprodução de partes deste Jornal ou mesmo da íntegra é não só permitida como recomendável, desde que citada a fonte.



SRTVN Qd 702 Bloco P Edifício Brasília Rádio Center, Ala B,
1º andar salas 1029 a 1031. CEP: 70.719-900. Brasília - DF